

## Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0150-08

### Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.019	2.018	Receitas Operacionais	Nota	2.019	2.018
<b>Circulante</b>				Receitas com subvenções - custeio	16	37.476.683	37.585.947
Caixa e equivalentes de caixas	5	6.378.135	5.752.710	Receitas financeiras		89.954	108.446
Contas a receber	6	1.997.968	1.867.542	Outras receitas		23.553	43.530
Estoques	7	711.572	794.307	<b>Total das Receitas</b>		<b>37.590.190</b>	<b>37.737.923</b>
Adiantamento a fornecedores		36.523	8.288	<b>Despesas Operacionais</b>			
Outros ativos circulante		225.832	246.378	Despesas com pessoal	17	(16.459.790)	(15.673.871)
		<b>9.350.030</b>	<b>8.669.225</b>	Serviços de terceiros	18	(11.190.745)	(12.030.531)
<b>Não Circulante</b>				Custos corporativos compartilhados	19	(1.950.795)	(2.109.379)
Realizável a longo prazo				Drogas, medicamentos e materiais	20	(5.510.170)	(5.567.134)
Partes relacionadas a receber	8	8.180.224	5.863.147			<b>(35.111.500)</b>	<b>(35.380.915)</b>
Depósitos judiciais		53.693	1.668.123	Despesas gerais e administrativas	21	(2.280.861)	(1.803.720)
		<b>8.233.917</b>	<b>7.531.270</b>	Amortização e depreciação	9b	(419.462)	(439.492)
Imobilizado	9	2.056.985	2.318.443	Despesas financeiras		(45.730)	(39.193)
Intangível	9	36.088	180.962	Reversão de provisão para descontinuidade		320.234	-
		<b>2.093.073</b>	<b>2.499.405</b>	Despesa com provisão para contingências	15	(52.871)	(74.605)
<b>Total do Ativo</b>		<b>10.326.990</b>	<b>10.030.675</b>	<b>Total das Despesas</b>		<b>(2.478.690)</b>	<b>(2.357.010)</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>19.677.020</b>	<b>18.699.900</b>	<b>Superávit do Exercício</b>		<b>(37.590.190)</b>	<b>(37.737.923)</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.019</b>	<b>2.018</b>			<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecedores	10	483.721	379.354	<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>			
Honorários médicos	11	758.951	900.012	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Obrigações sociais e trabalhistas	12	2.240.343	2.215.691		<b>2.019</b>	<b>2.018</b>	
Obrigações fiscais		116.718	140.928	Superávit do Exercício	-	-	
Receita diferida	13	11.438.193	9.896.740	Outros resultado abrangentes	-	-	
Partes relacionadas a pagar	8	27.798	326.500	<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	-	-	
Outros passivos		108.692	1.867		<b>-</b>	<b>-</b>	
		<b>15.174.416</b>	<b>13.861.092</b>	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto</b>			
<b>Não Circulante</b>				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Provisão para descontinuidade	14	1.215.015	1.580.487	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2.019</b>	<b>2.018</b>	
Provisão para contingências	15	103.873	74.605	<b>Superávit do exercício</b>	-	-	
		<b>1.318.888</b>	<b>1.655.092</b>	Ajustado por:			
<b>Patrimônio Líquido</b>				Depreciação e amortização	419.462	439.492	
Patrimônio social		3.183.716	3.183.716	Baixa de ativo imobilizado/depreciação acumulada	5.213	-	
		<b>3.183.716</b>	<b>3.183.716</b>	Despesa com provisão para contingências	52.871	74.605	
<b>Total do Passivo</b>		<b>19.677.020</b>	<b>18.699.900</b>	<b>Superávit do exercício conciliado</b>	<b>477.546</b>	<b>514.097</b>	
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>				Variações nos ativos e passivos			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Contas de receber de clientes	(130.426)	(1.867.542)	
	Patrimônio social	Superávit (Déficit) do exercício	Total	Estoques	82.735	(111.256)	
<b>Em 1º de Janeiro de 2018</b>	<b>3.183.855</b>	<b>(140)</b>	<b>3.183.716</b>	Adiantamento a fornecedores	(28.235)	93.246	
Transferência	(140)	140	-	Demais contas do ativo circulante	20.546	156.228	
<b>Em 31 de Dezembro de 2018</b>	<b>3.183.716</b>	<b>-</b>	<b>3.183.716</b>	Depósitos judiciais	1.614.430	(53.874)	
<b>Em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>3.183.716</b>	<b>-</b>	<b>3.183.716</b>	Fornecedores	104.367	(289.925)	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>				Honorários médicos	(141.061)	396.547	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.019 e 2.018				Obrigações sociais e trabalhistas	24.652	(80.421)	
Cifras apresentadas em reais.				Obrigações fiscais	(24.210)	(1.959)	
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar o efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão - Manutenção das atividades operacionais:</b> A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 14 de fevereiro de 2.014, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Público Estadual Galileu, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 05 (cinco) anos. Em 11 de fevereiro de 2.019, a Pró-Saúde celebrou junto à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará a prorrogação do Contrato de Gestão por mais 02 (dois) meses, com vigência de 14/02/2019 a 13/04/2019. Em 15 de março de 2.019, a Pró-Saúde celebrou junto à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará a prorrogação do Contrato de Gestão por mais 06 (seis) meses, com vigência de 14/04/2019 a 13/10/2019. Em 03 de outubro de 2.019, a Pró-Saúde celebrou junto à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, outra prorrogação do Contrato de Gestão por mais 04 (quatro) meses, com vigência de 14/10/2019 a 13/02/2020. Em 24 de fevereiro de 2.020, foi publicado no Diário Oficial do Estado, a prorrogação do Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Público Estadual Galileu, por mais 06 (seis) meses, com vigência de 14/02/2020 a 13/08/2020. A partir de 14 de agosto de 2.020, a manutenção das atividades operacionais no Hospital Público Estadual está condicionada a renovação do contrato de gestão entre a Pró-Saúde e o Governo do estado do Pará. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002,							

para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 26 de março de 2.020.

**2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos e premissas na determinação do registro de estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: ● Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; ● Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; ● Nota 14 - Provisão para descontinuidade; e ● Nota 15 - Provisão para contingências. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos:** Em agosto de 2.018, a associação tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Importante destacar que para 2019 não houve qualquer alteração ou nova informação referente a ação judicial e investigação, e a Pró-Saúde se mantém atenta a qualquer movimento neste sentido, de forma que possa tomar as medidas necessárias a reparação de qualquer dano que tenha sofrido. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de

continua >